

PREGAÃO Nº 015/2026

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ realizará licitação para PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MAIOR OFERTA GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 8.538, de 6 de outubro de 2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	16 horas do dia 05/06/2026
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	16 horas do dia 05/06/2026
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	23 horas 59 min do dia 23/06/2026
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	10 horas do dia 29/06/2026
LOCAL:	Portal Licitanet - https://licitanet.com.br/
MODO DE DISPUTA	ABERTO

1. DO OBJETO:

O objeto da presente licitação é a escolha mais vantajosa para a futura e eventual concessão de uso onerosa de espaço público destinado instalação e exploração comercial de camarotes durante a Festa dos Vaqueiros do Município de Curaçá nos dias 03, 04 e 05 de julho de 2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1. A licitação será realizada em único item.

1.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site <https://licitanet.com.br/> e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência o licitante deverá obedecer a este.

2. DO CREDENCIAMENTO:

2.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Licitanet, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro deverá ser feito no Licitanet, no sítio <https://licitanet.com.br/>

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **LICITANET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, os que estejam com Credenciamento regular no **LICITANET**.

3.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto,

responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, acompanhada da certidão de infrações trabalhistas emitida pelo ministério do trabalho.

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo,

caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9. O valor final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior lance;

4.10. O valor final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2. A Maior Oferta, conforme critério definido neste edital;

5.2.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas

contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços mínimos, quando o critério for o maior lance estabelecido nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.8.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado ou Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por

meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente **após decorridas vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.5. A ME ou EPP local, melhor classificada dentro da margem de 10%, será convocada

para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação.

6.19.5.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte LOCAL melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **10% (dez por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.5.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer abaixo do preço mínimo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF, se for o caso;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas

Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.2.1 e 5.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. permanecerem abaixo do preço mínimo definido para a contratação;

7.6.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá enviar os seguintes documentos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando o procedimento disposto neste Edital:

8.10.1. **Habilitação jurídica:**

8.10.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.10.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.10.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia

que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.10.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.10.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.10.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.10.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.10.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.10.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.10.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.10.3.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação

(art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.10.3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.10.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

a) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

b) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.10.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.10.4. **Qualificação Técnica**

8.10.5. Será exigido atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa prestou ou está prestando, a contento, o objeto, em características compatíveis ao do Termo de Referência.

8.10.5.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.10.6. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que deverá comprovar a instalação de camarotes, para um evento, com capacidade para no mínimo 1.000 pessoas.

8.10.7. Para efeito do item anterior, NÃO SERÁ ADMITIDO o somatório em atestados distintos. Considerando a complexidade de execução de evento do porte em questão, deverá ser analisada a capacidade através da dimensão quantitativa, demonstrando indispensável o estabelecimento de limite para fins de comprovação de capacidade técnica.

8.10.8. Cadastro no Ministério do Turismo (CADASTUR), na condição de organizadora de

eventos.

- 8.10.9. Antes de declarar o licitante habilitado, a comissão poderá realizar diligência na sede da empresa arrematante, vistoriando suas instalações, equipamentos e corpo técnico, visando garantir a veracidade das informações contidas nos documentos apresentados pelo licitante.
- 8.10.10. Poderá, ainda, ser requerido que o licitante disponibilize de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, apresentando documentos que deu/deram suporte a contratação como: nota fiscal, ordem de serviços, empenho, cópia do contrato, endereço completo da contratante, telefone atual e local em que foram prestados os serviços.
- 8.10.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**
- 8.12.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e
- 8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14. No caso de diligência, o envio dos documentos para habilitação deverá observar o prazo disposto no item 8.13.
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros

ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. O pregoeiro poderá solicitar a apresentação de documentos que comprovem condições preexistentes à data de abertura da sessão pública, desde que sua ausência decorra de erro material, equívoco ou falha na juntada pelo licitante, conforme entendimento da Advocacia- Geral da União, expresso no Parecer nº 00002/2025/CNLCA/CGU/AGU. A diligência não poderá ser utilizada para a inclusão de documentos com data posterior à abertura do certame. A complementação documental deverá ser realizada em um prazo mínimo de 02 (duas) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo o prazo exato determinado conforme análise do Pregoeiro.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.13.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. A licitante deverá, sob pena de inabilitação, apresentar declaração detalhando os equipamentos, maquinários, veículos e corpo técnico disponíveis para a execução do objeto licitado.

8.22 Antes de declarar o licitante habilitado, a comissão ou pessoa designada, poderá realizar diligências à sede da licitante para verificar, quando for o caso, a disponibilidade e adequação dos equipamentos, maquinários, veículos, corpo técnico e infraestrutura necessária à execução do objeto licitado.

8.22.1 A não permissão da visita ou a constatação de inconformidades com o objeto licitado, ensejará a inabilitação da licitante.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.1.9. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.1.10. advertência;
 - 10.1.11. multa;
 - 10.1.12. impedimento de licitar e contratar e
 - 10.1.13. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.2.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 10.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas

e orientações dos órgãos de controle.

10.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

10.3.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.3.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A IMPUGNAÇÃO poderá ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA, no site <https://licitanet.com.br/>

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.com.br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Diretoria de Licitação, no Endereço Rua Idalino de Oliveira nº 106, Centro, Curaçá/BA, 1º andar, nos dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a permissão de uso de espaço público, onerosa e em caráter precário, para exploração comercial dos espaços destinados a instalação dos camarotes no Polo “Festa dos vaqueiros”, no evento denominado “Festa dos vaqueiros 2026”, de acordo com os termos deste Termo de Referência.

1.2. O evento será realizado pelo Município de Curaçá assegurando-se ACESSO GRATUITO À POPULAÇÃO, ressalvado, no caso, o acesso aos camarotes que serão cedidos à permissionários com interesse na aquisição dos mesmos para exploração onerosa.

1.3. É vedado ao Permissionário a utilização do espaço cedido para qualquer outro fim que não o previsto neste Termo de Referência, sendo vedado, ainda, ao permissionário, transferir os direitos recebidos na permissão, para locar, sublocar ou ceder o espaço, ainda que parcialmente, salvo as hipóteses previstas neste documento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Um dos grandes fatores que incrementam o turismo nos dias de hoje é a realização de turismo de eventos. Um evento bem organizado, estruturado e divulgado tende a chamar muitas pessoas para presenciar e prestigiar o mesmo.

2.2. O maior evento da cidade é a “Festa dos vaqueiros”. É nesta toada que o Município de Curaçá, através da PREFEITURA MUNICIPAL, resolve abrir a presente permissão de uso com o fim de proporcionar uma maior estrutura para a tradicional festa do vaqueiro de Curaçá.

2.3. Para utilização de áreas públicas, sejam elas bens constantes do patrimônio público, ou bens de domínio público, é necessário que o interessado possua o direito de uso, que será necessariamente repassado através de processo licitatório, no caso, através de permissão de uso da respectiva área determinada, mediante pagamento de preço público para sua utilização.

3. DESCRIÇÃO GERAL DO OBJETO

3.1. Pela presente liberação do uso de áreas públicas aqui determinadas, foi escolhida a modalidade

de permissão de uso, autorizado pelo Art. 40 da **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**, onde a PERMISSONÁRIA ganhadora da licitação obriga-se a proceder com a execução do projeto de camarotes “Festa dos vaqueiros”, durante o evento “FESTA DOS VAQUEIROS”, devendo seguir todas exigências contidas neste Termo de Referência e Anexos, sob a orientação, supervisão da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURACÁ e, tendo como contrapartida o exercício com exclusividade da exploração comercial do espaço que fora previamente definido neste documento e ao qual o Permissionário tenha obtido o direito de uso por meio de licitação.

3.2. O evento “FESTA DOS VAQUEIROS”, realizar-se-á no período de 3 a 5 de julho de 2026, de forma que o Permissionário vencedor da licitação deverá estar com toda a estrutura necessária devidamente montada no local a ser explorado, e com total aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURACÁ.

3.3. O MUNICÍPIO DE CURACÁ não se responsabilizará e nem arcará com pagamento de nenhuma despesa para a realização de qualquer atividade atinente a execução dos serviços referentes aos camarotes do evento “Festa dos vaqueiros”, que serão contemplados neste Termo de Referência.

3.4. Não existirá nenhum vínculo de natureza empregatícia entre o CONTRATANTE, a empresa PERMISSONÁRIA – vencedora do certame – e os empregados ligados à esta, nem de natureza subsidiária, ficando, ainda, por conta da PERMISSONÁRIA as despesas com montagem e desmontagem das estruturas, organização, operacionalização, coordenação e execução dos eventos no interior dos camarotes, fornecimento de materiais e mobiliários, equipamentos, sonorização, material de apoio técnico, segurança, taxas, tributos, e demais despesas decorrentes da utilização do espaço ou da atividade.

3.5. A PERMISSONÁRIA será totalmente responsável pelo espaço em que for vencedora do certame, respondendo civil e criminalmente por todo e qualquer prejuízo causado ao espaço ora cedido, ou aos servidores da CONTRATANTE, a que a PERMISSONÁRIA der causa, ou pelos danos causados por seus subordinados, empregados, prepostos ou contratados.

3.6. O valor mínimo a ser pago pela permissão de uso do espaço indicado será de no mínimo R\$ 65.620,69 (sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e nove centavos).

3.7. A PERMISSONÁRIA deverá recolher em Conta da Prefeitura, mediante transferência bancária em até 24 (vinte e quatro horas) após a assinatura do contrato, o valor constante de sua proposta comercial final vencedora do certame;

3.8. Os proponentes deverão obrigatoriamente comprovar possuir larga experiência na realização de eventos de grande porte, bem como, comprovar através de materiais publicitários, contratos, declarações e fotos a produção dos eventos que admite ter realizado, responsabilizando-se por toda e qualquer informação inverídica fornecida.

3.9. Os Proponentes ao certame deverão comprovar a regularidade jurídica, econômica, financeira e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato, bem como cumprir fielmente todas as disposições constantes no Termo de Referência, no Edital e no Contrato firmado.

4. DA DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE EXPLORAÇÃO

4.1. O permissionário terá direito a exploração comercial das seguintes áreas, conforme Layout – Anexo I:

4.1.1. Camarote Geral Particular – Área bruta de projeção de **600 m²** (seiscentos metros quadrados)

4.1.2. A **PERMISSIONÁRIA** será integralmente responsável pelo atendimento a **todas as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis**, incluindo, mas não se limitando às normas de segurança, acessibilidade, higiene, prevenção e combate a incêndio.

4.1.3. A área do camarote deverá contemplar **todas as necessidades operacionais**, incluindo, obrigatoriamente, **bilheteria, instalações sanitárias, áreas de alimentação**, bem como demais espaços necessários ao pleno funcionamento do empreendimento.

4.2. Os limites referentes a área de 600 m² mostrada no Anexo I, deverão ser confirmados juntamente a CONTRATANTE, devendo ainda a permissionária levar em consideração os obstáculos existentes na área como: postes, fiações, vegetação, dentre outros.

5. MÉTODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

5.1. Para a concretização do objeto do presente Termo de Referência, será utilizado procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com julgamento das propostas pautado no critério da **MAIOR OFERTA** global.

5.2. A adoção da modalidade **Pregão Eletrônico** mostra-se adequada ao presente certame, uma vez que o objeto consiste na **permissão de uso de espaço público**, cuja seleção do particular se dará com base em **critérios objetivos, padronizados e previamente definidos**, especialmente quanto às condições de exploração do espaço, às obrigações da Permissionária e à contrapartida financeira ofertada à Administração.

5.3. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR OFERTA**, assegurando-se a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.4. A adoção do critério de maior oferta atende a relevante interesse público, sendo compatível com a natureza do objeto, uma vez que a Administração não busca a contratação de serviço pelo menor custo, mas a outorga onerosa de direito de uso de espaço público, hipótese em que a vantajosidade se traduz na maior contrapartida financeira, conforme entendimento consolidado na jurisprudência dos Tribunais de Contas.

5.5. Somente serão aceitas as propostas que atenderem plenamente ao Edital e aos seus anexos, especialmente às especificações constantes neste Termo de Referência.

6. DO LOCAL, PRAZO DE UTILIZAÇÃO E PRAZO DA CONCESSÃO

6.1. A área bruta objeto da Permissão de uso corresponde a **600m²**, localizado na Festa dos vaqueiros.

6.2. A área pública destinada à permissão será entregue no estado em que se encontra, sendo que para seu funcionamento, qualquer adaptação, reparo ou manutenção que se fizerem necessárias, serão de responsabilidade exclusiva do Permissionário, devendo esta após evento ser entregue nas condições recebidas, salvo quando houver sido beneficiada com benfeitorias úteis ao espaço disponibilizado.

6.3. O dimensionamento do público deverá ser de 1.500 (um mil e quinhentas) pessoas, no máximo;

6.4. A PERMISSIONÁRIA deverá executar todo o projeto de camarote do evento “Festa dos vaqueiros 2026”, no local indicado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, responsabilizando-se pela locação, montagem e desmontagem de toda a infraestrutura dimensionada neste Termo de Referência e Projetos Arquitetônicos em anexo, parte integrante deste Termo de Referência.

6.5. O prazo de utilização da área corresponde ao período de 03 a 05 de julho de 2026, correspondente ao período de realização do evento, conforme programação a ser definida pela Permitente, cabendo a ocupação da área pelos períodos anteriores e posteriores para montagem e desmontagem das estruturas do camarote, arquibancada, palco ou similar, atendendo-se aos prazos concedidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ.

6.6. A Permissão terá o prazo do evento, concluindo-se com o prazo final de desmontagem da estrutura da área de permissão.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

7.1. DO PLANEJAMENTO

7.1.1. Caberá à PERMISSIONÁRIA o planejamento operacional, organização, coordenação, execução, comercialização das cotas de patrocínio, acompanhamento do evento e pós-evento, incluindo checagem geral, como também na preparação de ambientes, e dos equipamentos necessários, suporte técnico, fornecimento de apoio logístico, e dos serviços que se fizerem necessários, com emprego de profissionais capacitados e equipamentos em quantidades e características necessárias.

7.1.2. É de responsabilidade da empresa a apresentação, no prazo máximo de 10 (dez) dias após

assinatura do contrato, dos projetos arquitetônicos e complementares de toda estrutura do evento antes da realização das montagens, com sua específica Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, no que couber, a qual será analisada e ratificada pela CONTRATANTE.

7.1.3. O evento contará com toda estrutura descrita neste instrumento, que deverá atender, no mínimo, os critérios listados, cujas marcas eventualmente mencionadas servem apenas como referência técnica mínima necessária à realização do evento.

7.1.4. É de obrigação da PERMISSONÁRIA o relacionamento com terceiros (patrocinadores, empresas terceirizadas, fornecedores etc);

7.1.5. É de obrigação da PERMISSONÁRIA o planejamento dos espaços personalizados dos patrocinadores, limitados ao espaço do camarote, que deverá ser apresentado ao gestor do contrato e só prosseguir após aprovação do CONTRATANTE;

7.1.6. É de obrigação da PERMISSONÁRIA o fornecimento de apoio logístico, compreendendo a locação de equipamentos, mobiliário adequado e contratação de serviços;

7.1.7. É de obrigação da PERMISSONÁRIA integralizar os serviços providos por terceiros, dentro da estrutura geral das locações para o bom funcionamento do evento/locações;

7.1.8. É de obrigação da PERMISSONÁRIA supervisionar o serviço dos terceiros para que estejam de acordo com as necessidades da contratação.

7.2. LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES, ALVARÁS E INTERFACE COM OS ÓRGÃOS PÚBLICOS

7.2.1. É de obrigação da PERMISSONÁRIA realizar a interface, enviando ofício informando sobre o espaço do camarote no evento, solicitando providências sobre as necessidades com órgãos públicos, a saber: Polícia Militar da Bahia, Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, dentre outros, no que couber;

7.2.2. É de inteira responsabilidade da licitante a obtenção de licenças, autorizações e alvarás junto a: CREA-BA, Corpo de Bombeiros Militar e outras que se fizerem necessárias para a realização do evento;

7.2.3. O pagamento dos valores referente a ECAD do camarote é de obrigação da PERMISSONÁRIA;

7.2.4. É de responsabilidade da PERMISSONÁRIA propor, no prazo máximo de 10 (dez) dias após assinatura do contrato, os sistemas de controle de acesso de serviço e de credenciamento com as devidas restrições à área do camarote (antes, durante e depois) o período de implantação da infraestrutura.

7.3. DA COMUNICAÇÃO E ACESSO

7.3.1. Garantir acesso livre aos representantes da Permitente, formalmente designados, que deverão estar devidamente identificados para fiscalizar e acompanhar as ações da equipe de trabalho da PERMISSONÁRIA.

7.3.2. O material publicitário contendo a marca do Festa dos vaqueiros deverá ser submetido previamente ao Gestor Contratual para análise da Assessoria de Comunicação da CONTRATANTE.

7.3.3. É de obrigação da PERMISSONÁRIA a entrega de crachás, com arte a ser fornecida pela CONTRATANTE, que permitirá o livre acesso aos servidores que estarão trabalhando no Polo “Festa dos vaqueiros”.

7.4. DA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO

7.4.1. Obtido o interesse de patrocínio a proposta comercial deverá ser apresentada à CONTRATANTE para aprovação, que irá verificar a adequação da mesma aos interesses estratégicos do Município;

7.4.2. A prioridade de obtenção do patrocínio será da Prefeitura Municipal de Curaçá;

7.4.3. As propostas de marca oficial devem ser apresentadas à CONTRATANTE. A veiculação dos patrocínios sempre será atrelada a marca oficial do Festa dos vaqueiros e a marca oficial da Prefeitura de Curaçá. A propriedade sobre a marca e direitos relacionados a ela são da Prefeitura de Curaçá, sendo autorizada a utilizá-la durante o evento e em participações em feiras e ações de promoção turística sob a orientação da Prefeitura de Curaçá;

7.4.4. As áreas da Cidade passíveis de ativação de patrocínio serão apresentadas pela CONTRATANTE para a CONTRATADA.

7.4.5. Nos casos em que a PERMISSONÁRIA não possua interesse na proposta patrocinadora, essa deverá ser informada à CONTRATANTE, para que alinhado ao interesse da Prefeitura de Curaçá, seja captada via CONTRATANTE.

7.4.6. Não obstante, a PREFEITURA DE CURAÇÁ também poderá captar patrocínio, considerando o alinhamento de interesse da Administração, no qual a PERMISSONÁRIA não poderá captar de seguimentos contemplados pela captação desta CONTRATANTE.

7.4.7. O patrocínio captado pela Permissionária referente a qualquer segmento, deverá destinar no mínimo 50% (cinquenta por cento) à Prefeitura Municipal de Curaçá.

7.4.8. Nas ocasiões do patrocínio ser captado pelo CONTRATANTE, NÃO haverá repasse de valores à PERMISSONÁRIA, devendo à mesma buscar junto a patrocinadora eventual contrapartida.

7.5. DA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS

7.5.1. Havendo captação por parte da PERMISSONÁRIA a marca patrocinadora de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, incluindo cervejas e destilados, será de responsabilidade da PERMISSONÁRIA a comercialização das bebidas, a saber: cervejas, destilados, água com gás, água sem gás e refrigerantes, no camarote.

7.6. DO EVENTO

7.6.1. MONTAGEM E DESMONTAGEM

7.6.1.1. A PERMISSONÁRIA é responsável pela operação geral de locação, montagem e desmontagem de toda estrutura do camarote, iluminação, painéis de LED, geradores, entre outros;

7.6.1.2. A PERMISSONÁRIA é responsável pela montagem e desmontagem, contemplando todos os equipamentos e estruturas necessárias para realização do camarote, incluindo custos com transporte e mão de obra para carregamento de todo material, montá-lo, desmontá-lo, e recolhê-lo após o evento;

7.6.1.3. A PERMISSONÁRIA é responsável por coordenar os prazos de entrega, montagem e desmontagem, a logística e a qualidade de entrega dos serviços.

7.6.2. DECORAÇÃO

7.6.2.1. A PERMISSONÁRIA é responsável pela decoração do camarote, conforme identidade visual a ser indicada pela PERMISSONÁRIA e previamente aprovada pela CONTRATANTE.

7.6.2.2. A PERMISSONÁRIA é responsável pela decoração, incluindo locação de mobiliário e montagem dos equipamentos necessários para decorar o camarote institucional, que será situado na parte interna da “Festa dos vaqueiros” conforme *layout* do evento, caso venha existir, com a prévia aprovação da CONTRATANTE.

7.6.3. ACESSIBILIDADE

7.6.3.1. A PERMISSONÁRIA deverá disponibilizar espaço totalmente adaptado, seguindo todas as normas de acessibilidade, com rampas, corrimão, banheiros químicos adaptados (PNE), no que se adequar e for necessário para estruturas provisórias;

7.6.3.2. A área PNE deverá ser amplamente sinalizada, com post-banner sinalizando o local.

7.6.4. HORÁRIO

7.6.4.1. O horário de funcionamento do camarote será de acordo com a programação oficial do evento até a conclusão dos shows, podendo realizar a abertura dos portões com 01 (uma) hora de

antecedência, no máximo, do horário da programação oficial.

7.6.5. DA RESERVA DO ESPAÇO

7.6.5.1. Deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE o mínimo de 10% (dez por cento) da capacidade total do camarote, de cortesias por dia.

7.6.6. DO ESPAÇO DO CAMAROTE

7.6.6.1. A empresa PERMISSIONÁRIA deverá entregar projeto do camarote para análise e aprovação da CONTRATANTE.

7.6.6.2. O camarote deverá contar, no mínimo, com sanitários químicos do tipo *standard* e sanitários químicos acessíveis para as pessoas com deficiência, observando-se a seguinte proporção:

a) no mínimo, 01 (um) sanitário químico para cada 100 (cem) pessoas do público dimensionado, devendo o resultado do cálculo, quando resultar em número decimal, ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior;

b) 10% (dez por cento) da quantidade total de sanitários químicos dimensionados deverão ser destinados e devidamente adaptados às pessoas com deficiência, devendo o resultado do cálculo, quando resultar em número decimal, ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior;

A área destinada para os banheiros deverá conter:

a) No mínimo, 08 (oito) pias;

b) No mínimo, 05 (cinco) *dispensers* de sabonete líquido (o fornecimento e a reposição do sabonete líquido são de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA);

c) No mínimo, 05 (cinco) *dispensers* de papel toalha (o fornecimento e a reposição de papel toalha são de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA);

d) Deverá haver espaço decorado, incluindo espelho;

e) A rotina de limpeza é de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

7.6.6.3. A distribuição das cabines sanitárias deverá ser na proporção de 60% para o público feminino e 40% para o público masculino;

7.6.6.4. A PERMISSIONÁRIA deverá ser responsável pelo abastecimento de água, instalação, operação e manutenção do reservatório para utilização das pias, devendo ainda destinar de forma adequada as águas servidas oriundas da lavagem de mãos;

7.6.6.5. É de responsabilidade da PERMISSONÁRIA a decoração e sinalização do camarote do evento, decoração de área total, composto de piso, mobiliário, freezers, geladeiras, malhas, iluminação decorativa interna ao camarote, objetos de decoração, dentre outros, espaço de descanso.

7.6.6.6. Os valores do ingresso do camarote deverão ser devidamente justificados, com prévia anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, qualquer alteração deverá ser apresentada para nova apreciação;

7.6.6.7. O pagamento dos valores referente ao ECAD do camarote é de obrigação da PERMISSONÁRIA.

7.6.7. GERADORES

7.6.7.1. É de responsabilidade da PERMISSONÁRIA a disponibilização de geradores para a alimentação do camarote geral particular em tempo integral do evento, caso necessário;

7.6.7.2. É de responsabilidade da PERMISSONÁRIA a disponibilização de geradores para a alimentação da iluminação do camarote, caso necessário.

7.6.8. FECHAMENTOS E PÓRTICOS

7.6.8.1. É de obrigação da PERMISSONÁRIA o fechamento de toda estrutura do Camarote;

7.6.8.2. A estrutura deverá ser de equipamento tubular de encaixe galvanizado com piso modulado e elevada capacidade de carga, apto para colocação em qualquer tipo de terreno, conforme exigência do Corpo de Bombeiros, sendo a cobertura tipo pavilhão, em lona antichamas, que deverá abranger toda área;

7.6.8.3. Deverá inserir no mínimo 01 (um) pórtico medindo 4m x 3m, no mínimo, e testeira com altura mínima de 1,0m, mantendo a proporcionalidade em relação a medida do pórtico para Sinalização da(s) entrada(s) do Camarote.

7.6.9. DA SEGURANÇA

7.6.9.1. DA SEGURANÇA DO CAMAROTE GERAL PARTICULAR

7.6.9.1.1. O controle de acesso ao camarote deve prever seguranças portando aparelho de detecção de metais, bem como sendo vistoriados as bolsas, haja vista não ser permitida a entrada de armas de fogo e perfurocortantes;

7.6.9.1.2. Para o evento desse porte, deverão ser contratados para o camarote, profissionais de segurança, sendo a segurança de total responsabilidade da

PERMISSIONÁRIA;

7.7. DA SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

7.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da permissão, consistente na outorga onerosa do uso de espaço público para instalação, operação e exploração econômica do camarote da Festa dos vaqueiros, tendo em vista que tal objeto demanda **gestão unificada, responsabilidade integral e controle direto por parte da Permissionária**, sob pena de comprometimento da fiscalização, da segurança do evento e do interesse público.

7.7.2. Será admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias e complementares, desde que **não impliquem cessão, sublocação ou transferência do direito de uso do espaço público**, nem descaracterizem a responsabilidade exclusiva da Permissionária pela execução do objeto, observadas as seguintes condições:

- a) poderão ser subcontratadas atividades específicas e instrumentais, tais como montagem e desmontagem de estruturas, fornecimento de equipamentos, serviços de limpeza, segurança privada, alimentação, bebidas, sonorização, iluminação, cenografia, tecnologia, comunicação visual e outras atividades operacionais correlatas;
- b) a subcontratação ficará limitada ao **percentual máximo de 70% (setenta por cento)** do conjunto das atividades operacionais acessórias, permanecendo a Permissionária integralmente responsável pela coordenação, supervisão, resultados, encargos e obrigações decorrentes;
- c) **é vedada a subcontratação do núcleo decisório, da gestão do camarote, da exploração comercial, da captação de patrocínios e da relação institucional com o Município**, os quais deverão ser executados diretamente pela Permissionária;
- d) a subcontratação **não gera qualquer vínculo jurídico, trabalhista ou solidário** entre a Administração Pública e as empresas subcontratadas, permanecendo a Permissionária como única responsável perante o Município;
- e) a Permissionária deverá assegurar que as empresas subcontratadas atendam às normas legais, técnicas, ambientais, trabalhistas, sanitárias e de segurança aplicáveis à execução das atividades;
- f) **não será estabelecida obrigatoriedade de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte**, tendo em vista a natureza do objeto, a complexidade operacional do evento e a necessidade de preservação da eficiência, da segurança e da integração das atividades, sem prejuízo de que tais empresas possam ser contratadas livremente pela Permissionária, a seu critério.

8. DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. DA VISTORIA

8.1.1. A empresa licitante poderá efetuar visita ao local do evento, para conhecer detalhes operacionais e principalmente avaliar os espaços para divulgação das marcas nas áreas específicas e

vias de acesso.

8.1.2. A interessada que não possuir interesse em vistoriar o local, deverá apresentar declaração de abstenção de vistoria, conforme Anexo II.

9. DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA.

9.1. Os valores relativos ao consumo da água e da energia elétrica dos espaços destinados aos camarotes serão de responsabilidade exclusiva da PERMISSIONÁRIA, cabendo a mesma arcar com os custos de instalação e consumo, inclusive na montagem das Estruturas que forem vencedoras no certame.

9.2. A PERMISSIONÁRIA deverá, ainda, responsabilizar-se única e exclusivamente pela devida destinação dos resíduos líquidos, sólidos e esgotos, cabendo a esta, cumprir com todas as determinações dos órgãos ambientais.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

10.1. Caberá exclusivamente à PERMISSIONÁRIA arcar com todas as despesas decorrentes da utilização da área objeto da presente Permissão de uso, conforme determinado neste Termo de Referência e seus anexos;

10.2. Arcar com todos os custos referentes às contratações artísticas que julgar pertinentes para apresentação no ambiente interno dos camarotes;

10.3. Deverão ser cumpridos todos os prazos estabelecidos neste instrumento;

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 12 (doze) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da administração;

10.5. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros.

10.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.7. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

10.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias

e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à administração;

10.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da administração, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, quando for o caso;

10.10. Relatar à administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

10.14. Responder administrativamente, civilmente e penalmente por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

10.15. Apresentar plano de trabalho, atendendo ao cronograma da CONTRATANTE;

10.16. Contratar, manter e dirigir sob a sua inteira responsabilidade, sem solidariedade da Administração Municipal, pessoal especializado e em quantidade necessária e suficiente à perfeita execução dos serviços, em todos os níveis, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, seguros e quaisquer outros custos não mencionados, em decorrência de sua condição de empregador exclusivo;

10.17. Providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a obtenção de licenças, alvarás, autorizações junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia e ao Corpo de Bombeiros, necessárias para a instalação da estrutura do camarote no local do evento;

10.18. Responder a todas as reclamações ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causados ao direito de propriedade de terceiros, resultante da execução dos serviços;

10.19. Obedecer a todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços;

- 10.20.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o OBJETO do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreção resultantes da execução ou materiais empregados;
- 10.21.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a ausência de fiscalização, na forma do art. 120, da Lei 14.133/21, e suas alterações posteriores, e do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal;
- 10.22.** Manter a ordem e limpeza na execução dos serviços contratados, se comprometendo a restaurar todo e qualquer dano na estrutura das áreas do evento, a fim de entregá-la nas mesmas condições em que lhe foram apresentadas;
- 10.23.** Poderá veicular publicidade no espaço do camarote, auferindo a respectiva receita, incluindo a identidade visual do evento e logomarcas da Prefeitura de Municipal de Curaçá e do Festa dos vaqueiros;
- 10.24.** Seguir rigorosamente as especificações técnicas apresentadas no Termo de Referência, relativas à infraestrutura do camarote;
- 10.25.** Manter o calendário de execução dos serviços/fornecimentos em ritmo adequado e eficiente, obedecendo aos prazos estabelecidos no cronograma de execução;
- 10.26.** Prestar os serviços utilizando pessoal treinado e qualificado;
- 10.27.** Aceitar a mais ampla e completa fiscalização, a qualquer tempo por parte da CONTRATANTE, ou por quem ela indicar, sobre os serviços contratados;
- 10.28.** Substituir por solicitação da CONTRATANTE qualquer empregado que se mostrar inconveniente ou tecnicamente inadequado à execução dos serviços;
- 10.29.** Todos os avisos e comunicações, quando da contratação, incluindo os entendimentos entre qualquer representante da CONTRATANTE e o responsável da Contratada pela execução dos serviços, deverão ser feitos por escrito;
- 10.30.** Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, relativamente a hospedagens, diárias, deslocamentos, impressões, comunicação, postagens, confecção de material publicitário, e de pessoal diretamente empregado nos serviços;
- 10.31.** Assegurar a CONTRATANTE o direito de supervisão geral dos serviços do objeto do contrato;
- 10.32.** Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos advindos de paralisação parcial ou total dos serviços, inclusive em relação ao Município;

10.33. Assumir, sob a sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas e/ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, vigentes durante a execução dos serviços, e, ainda, quaisquer outros encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive em relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato;

10.34. A inadimplência da Contratada quanto aos impostos, taxas ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, não transferem à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente documento ou restringir a regularização dos serviços/fornecimentos;

10.35. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, pelo gestor ou fiscal do contrato;

10.36. Se por ventura for permitido à Contratada corrigir falhas na realização dos serviços, depois de vencido o prazo estabelecido ou de possíveis prorrogações concedidas, essa tolerância não implicará em renovação Contratual, nem significará que o Município tenha de renunciar aos seus direitos, inclusive a cobrança de penalidades com cobrança dos prejuízos decorrentes, que a Contratada houver incorrido;

10.37. Reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da presente contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incompatibilidades com os requisitos exigidos neste documento, ou que se demonstrarem tecnicamente falhos;

10.38. Responsabilizar-se pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época;

10.39. Responsabilizar-se por todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da Contratada e ao público afeto, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais;

10.40. Manter as mesmas condições da habilitação durante toda execução da contratação;

10.41. A PERMISSIONÁRIA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

10.42. A Contratada se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;

10.43. A Contratada se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância dos atos legais,

normativos e administrativos relativos à área de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não limitando ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a conjugar esforços para proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, em suas respectivas relações comerciais.

11. DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DOS ESPAÇOS

11.1. Os bares e restaurantes montados pela PERMISSONÁRIA no interior dos espaços do camarote são de sua inteira responsabilidade, de forma que a mesma só poderá, mediante autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, locar, sublocar, ceder ou emprestar a terceiros, espaços internos dos camarotes, ciente de suas responsabilidades civil, fiscal, organizacionais, trabalhistas, dentre outras.

11.2. Os dividendos destas operações pertencerão exclusivamente a PERMISSONÁRIA.

11.3. A PERMISSONÁRIA poderá cobrar ingressos para o acesso aos camarotes, pertencendo exclusivamente a mesma os dividendos pela exploração econômica.

12. PUBLICIDADE/ MERCHANDISING

12.1. A PERMISSONÁRIA deverá, obrigatoriamente, produzir e instalar em toda a extensão dos locais onde serão permitidas a exploração, materiais publicitários com a assinatura da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ e do evento “Festa dos vaqueiros 2026” em no mínimo 30% (trinta por cento) da área de visibilidade de cada peça produzida e instalada.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. O MUNICÍPIO DE CURAÇÁ, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, responsabilizar-se-á por todo o planejamento e organização do “Festa dos vaqueiros 2026”, bem como arcará com todas as despesas referentes à:

13.1.1. Despesas com água e energia elétrica para execução dos serviços de montagem e a limpeza dos locais onde ocorrerão os eventos, com exceção do Camarote da “Festa dos vaqueiros”;

13.1.2. Publicidade em mídias sociais e televisivas, referentes ao Evento;

13.1.3. Palco, som e iluminação da “Festa dos vaqueiros”;

13.1.4. Atrações Musicais nos Palcos da “Festa dos vaqueiros”;

13.1.5. Estrutura e instalação de iluminação em toda a área do Evento;

13.1.6. Banheiros químicos em todo o perímetro do evento, com exceção dos espaços privados incluindo o camarote;

13.1.7. Seguranças e pessoal de apoio para a “Festa dos vaqueiros”, com exceção do camarote;

13.1.8. Fiscalização das estruturas físicas e elétricas montadas/instaladas nos locais dos eventos;

14. DIREITOS DA PERMISSIONÁRIA

14.1. A detentora da permissão terá o direito à:

14.1.1. Exclusividade na exploração dos bares e restaurantes instalados nos interiores dos camarotes.

14.1.2. Venda de ingressos de acesso ao camarote particular, devendo ser dada ampla publicidade aos preços e locais para sua aquisição, podendo o valor do ingresso variar conforme lei mercadológica de oferta/procura.

14.2. Exclusividade na realização de ações publicitárias, promocionais e *merchandising* nas áreas e equipamentos onde se encontram instalados os camarotes, obedecidos os percentuais definidos anteriormente.

14.3. A detentora da permissão poderá, desde que previamente autorizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, formar parcerias com pessoas jurídicas, com fins de subsidiar os custos com os eventos.

14.4. A parceria mencionada no item anterior não poderá ser formalizada com empresas cujos sócios, administradores, diretores, representantes, etc., sejam, inquestionavelmente, atrelados a propagandas político-partidárias, nem com empresas que tenham como nome de fantasia o nome do proprietário/sócio.

15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos abaixo relacionados.

15.2. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, deverá comprovar a instalação de camarotes, para um evento, com capacidade para no mínimo 400 pessoas, com duração mínima de 03

dias consecutivos.

15.3. Para efeito do item anterior, NÃO SERÁ ADMITIDO o somatório em atestados distintos. Considerando a complexidade de execução de evento do porte em questão, deverá ser analisada a capacidade através da dimensão quantitativa, demonstrando indispensável o estabelecimento de limite para fins de comprovação de capacidade técnica.

15.4. Cadastro no Ministério do Turismo (CADASTUR), na condição de organizadora de eventos.

15.5. Antes de declarar o licitante habilitado, a comissão poderá realizar diligência na sede da empresa arrematante, vistoriando suas instalações, equipamentos e corpo técnico, visando garantir a veracidade das informações contidas nos documentos apresentados pelo licitante.

15.6. Poderá, ainda, ser requerido que o licitante disponibilize de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, apresentando documentos que deu/deram suporte a contratação como: Nota fiscal, ordem de serviços, empenho, cópia do contrato, endereço completo da CONTRATANTE, telefone atual e local em que foram prestados os serviços.

16. DA FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

16.1. A formalização do ajuste decorrente do presente procedimento licitatório dar-se-á por meio de **termo de permissão de uso onerosa de bem público**, em caráter **precário, temporário e oneroso**, a ser firmado entre o Município de Curaçá, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, e a Permissionária vencedora do certame, nos termos da legislação aplicável.

16.2. O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso será de **03 (três) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, período que se mostra necessário e suficiente para contemplar **todas as etapas da execução do objeto**, incluindo:

- I – o planejamento operacional e a captação de patrocínios;
- II – o período destinado à montagem das estruturas;
- III – a exploração do camarote durante as festividades do **Festa dos vaqueiros 2026**, no âmbito da Festa dos vaqueiros Elizeu Ventania;
- IV – a desmontagem das estruturas e a liberação total da área pública;
- VI – Prestação de Contas.

16.3. A fixação do prazo de vigência em 03 (três) meses justifica-se pela **complexidade operacional do objeto**, pela necessidade de planejamento prévio, estruturação logística, formalização de contratos com patrocinadores e fornecedores, bem como pela adequada fiscalização da execução da permissão por parte da Administração, **vedada a fixação de prazo indeterminado**.

16.4. Considerando a natureza do objeto, consistente em **permissão de uso vinculada a evento específico e com período previamente delimitado**, não será admitida prorrogação da vigência do Termo de Permissão de Uso.

16.5. Eventual necessidade superveniente de utilização da área pública em período diverso ou para outro evento deverá ser objeto de **novo procedimento administrativo**, devidamente motivado e instruído, com observância da legislação vigente, **vedada a prorrogação automática ou tácita** do ajuste ora previsto.

17. DO REAJUSTE, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DE VALORES

17.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na permissão de uso onerosa de espaço público, bem como o pagamento integral e antecipado do valor da outorga, não haverá reajuste, revisão ou atualização monetária dos valores pactuados.

17.2. O valor ofertado pela Permissionária vencedora do certame será fixo, certo e irreajustável, não comportando qualquer alteração durante a vigência do Termo de Permissão de Uso.

17.3. A inexistência de reajuste ou atualização justifica-se em razão do prazo determinado, da vinculação a evento específico e da inexistência de prestação continuada ou execução contratual prolongada que enseje mecanismos de recomposição de valores.

17.4. O pagamento da outorga deverá ocorrer na forma e no prazo definidos neste Termo de Referência, não sendo aplicáveis os institutos de reajuste, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro, próprios de contratos administrativos de prestação de serviços ou fornecimentos, tampouco havendo direito à restituição ou compensação de valores, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

18. DA FORMA, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. Em razão da natureza do objeto, consistente na permissão de uso onerosa de espaço público, o pagamento será realizado pela Permissionária ao Município de Curaçá, a título de outorga pela utilização do bem público, não se tratando de despesa pública, mas de receita pública decorrente da exploração do patrimônio municipal.

18.2. O valor correspondente à outorga deverá ser pago à vista, em parcela única, pela Permissionária vencedora do certame.

18.3. O pagamento deverá ser efetuado no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da assinatura do Termo de Permissão de Uso, mediante transferência bancária para a conta oficial do Município de Curaçá, a ser indicada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ.

18.4. Após a convocação para assinatura, a Permissionária vencedora terá o prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis para assinatura do Termo de Permissão de Uso.

18.5. O não atendimento ao prazo estabelecido no item anterior implicará na não formalização da permissão por culpa da Permissionária, sujeitando-a às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo a Administração convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação.

18.6. A comprovação do pagamento integral da outorga constitui condição indispensável para a eficácia do Termo de Permissão de Uso, bem como para a liberação da área pública destinada à montagem das estruturas do camarote.

18.7. O não pagamento do valor da outorga no prazo estabelecido poderá implicar a revogação da permissão, mediante ato administrativo formal, assegurada a observância do devido processo administrativo, nos termos da legislação aplicável.

19. DAS PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação vigente, a Permissionária que:

- a) der causa ao descumprimento parcial das obrigações assumidas no Termo de Permissão de Uso;
- b) der causa ao descumprimento parcial que resulte em grave prejuízo à Administração, ao interesse público ou à segurança do evento;
- c) der causa ao descumprimento total das obrigações decorrentes da permissão;
- d) retardar injustificadamente o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto ao pagamento da outorga ou à montagem das estruturas;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da permissão;
- f) praticar ato fraudulento na execução da permissão;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas à Permissionária, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta, as sanções previstas na legislação aplicável.

19.3. Advertência, nos casos de infração de menor gravidade, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais severa.

19.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Curaçá, nos termos e prazos previstos na legislação vigente, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 19.1, desde que não caiba penalidade mais grave.

19.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e” a “h” do item 19.1, ou nos demais casos que justifiquem penalidade de maior gravidade.

19.6. Multa moratória, no percentual de até **0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o **valor da outorga**, nos casos de atraso injustificado no cumprimento de obrigações essenciais, limitada a **30 (trinta) dias**.

19.7. Multa compensatória, limitada a até **15% (quinze por cento) do valor da outorga**, nos casos de descumprimento grave ou que inviabilize a execução da permissão.

19.8. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração, quando cabível.

19.9. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal.

19.10. Antes da aplicação de qualquer sanção, será assegurado à Permissionária o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

19.11. O não pagamento da multa no prazo fixado poderá ensejar sua cobrança administrativa ou judicial, conforme o caso.

19.12. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos cadastros competentes, na forma da legislação aplicável.

20. DA GARANTIA

20.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos da legislação aplicável, considerando que o objeto consiste em permissão de uso onerosa de bem público, cujo valor da outorga será pago integralmente e de forma antecipada pela Permissionária, em parcela única, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do Termo de Permissão de Uso.

20.2. O pagamento integral da outorga constitui condição de eficácia do ajuste e de liberação da área pública, inexistindo risco financeiro futuro a ser resguardado por meio de garantia adicional, uma vez que não há obrigação pecuniária a ser adimplida pela Administração nem execução financeira continuada.

20.3. A não exigência de garantia mostra-se proporcional, adequada e suficiente à natureza do objeto, sem prejuízo das demais medidas de controle, fiscalização e aplicação de penalidades previstas neste Termo de Referência.

21. DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. A Permissionária deverá adotar, no mínimo, as seguintes práticas de sustentabilidade durante a execução da permissão:

a) utilização racional de água e energia elétrica nas estruturas do camarote;

b) disponibilização de recipientes adequados para coleta de resíduos, com separação mínima entre

resíduos recicláveis e não recicláveis, sempre que tecnicamente viável;

c) destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

d) priorização, sempre que possível, do uso de materiais reutilizáveis ou recicláveis, evitando o uso excessivo de materiais descartáveis;

e) observância das normas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis à atividade desenvolvida.

21.2. As práticas de sustentabilidade previstas neste item não implicam ônus financeiro ao Município de Curaçá, sendo de inteira responsabilidade da Permissionária a sua implementação, manutenção e cumprimento, sem prejuízo das demais obrigações contratuais assumidas.

21.3. O descumprimento das práticas de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do item específico que trata das sanções administrativas.

21.4. O disposto neste item será integralmente reproduzido no Edital do certame, assegurando transparência, publicidade e conformidade com a legislação vigente.

22. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

22.1. A gestão e a fiscalização da concessão onerosa dos espaços destinados aos camarotes, decorrente do Pregão Eletrônico na modalidade maior oferta, serão exercidas por servidores formalmente designados por ato da Secretaria ordenadora da despesa, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e atestar o fiel cumprimento das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no instrumento de concessão e na legislação vigente.

22.2. Caberá à gestão e à fiscalização verificar, dentre outros aspectos:

- o cumprimento do valor do lance ofertado e das condições de pagamento estabelecidas;
- a correta utilização dos espaços concedidos, exclusivamente para os fins previstos no instrumento convocatório;
- a observância das normas de segurança, acessibilidade, posturas municipais e demais exigências legais aplicáveis;
- o atendimento às obrigações assumidas pelo concessionário quanto à montagem, operação e desmontagem das estruturas, quando for o caso;
- a preservação do patrimônio público e a restituição dos espaços concedidos nas condições pactuadas.

22.3. As comunicações entre a Administração e o concessionário deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, inclusive por meios eletrônicos institucionais, de modo a assegurar o adequado registro dos atos, a rastreabilidade das informações e a transparência das tratativas.

22.4. A execução da concessão será acompanhada e fiscalizada durante todo o período de sua vigência, inclusive no decorrer do evento **“Festa dos vaqueiros – Edição 2026”**, podendo a

Administração adotar as medidas necessárias à correção de irregularidades, aplicação de sanções administrativas e, se for o caso, à rescisão da concessão, nos termos previstos no edital e na legislação vigente.

22.5. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade integral do concessionário pela adequada exploração dos espaços concedidos, respondendo este por quaisquer danos causados ao patrimônio público, à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolo ou culpa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

23. ANEXOS

23.1. Integram o presente Termo de Referência, os seguintes anexos:

Anexo I - *Layout* Festa dos vaqueiros

Anexo II - Declaração de Abstenção de Vistoria

Secretaria Governo, Administração e Planejamento

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA

Eu, _____, inscrito no CPF sob nº _____, na condição de representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, DECLARO para os devidos fins que não foi realizada vistoria no local previamente já que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao espaço destinado como objeto desta licitação, assumindo assim total responsabilidade por esse fato e não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viemos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

_____, ____ de _____ de 2026.

(REPRESENTANTE LEGAL)
(NOME EMPRESARIAL)

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SESSÃO PÚBLICA:

XX/XX/20XX, ÀS XXHXXMIN. LOCAL: **XXXX**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
INSC. EST.:					
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:			CIDADE:		
CEP:			E-MAIL:		
TELEFONE:			FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.					
TOTAL POR EXTENSO:					

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do edital desse processo.
- 4 Que **não possui** como sócio, gerente e diretores, servidores da **Prefeitura Municipal de Curacá/BA**, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO N.º XX/ 20XX QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE CURAÇÁ, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX PARA A XXXXXXXXXXXXXXXX.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob o nº CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX , com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo XXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATADO: _____, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º _____, estabelecido [inserir endereço completo], representado pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], portador (a) do CPF (MF) n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social]
Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a permissão de uso de espaço público, onerosa e em caráter precário, para exploração comercial dos espaços destinados a instalação dos camarotes no Polo “Festa dos vaqueiros”, no evento denominado “Festa dos vaqueiros 2026” nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A formalização do ajuste decorrente do presente procedimento licitatório dar-se-á por meio de **termo de permissão de uso onerosa de bem público**, em caráter **precário, temporário e oneroso**, a ser firmado entre o Município de Curaçá, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, e a Permissionária vencedora do certame, nos termos da legislação aplicável.

2.2. O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso será de **03 (três) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, período que se mostra necessário e suficiente para contemplar **todas as etapas da execução do objeto**, incluindo:

- I – o planejamento operacional e a captação de patrocínios;
- II – o período destinado à montagem das estruturas;
- III – a exploração do camarote durante as festividades da Festa dos vaqueiros 2026
- IV – a desmontagem das estruturas e a liberação total da área pública;
- V – Prestação de Contas.

2.3. A fixação do prazo de vigência em 03 (três) meses justifica-se pela **complexidade operacional do objeto**, pela necessidade de planejamento prévio, estruturação logística, formalização de contratos com patrocinadores e fornecedores, bem como pela adequada fiscalização da execução da permissão por parte da Administração, **vedada a fixação de prazo indeterminado**.

2.4. Considerando a natureza do objeto, consistente em **permissão de uso vinculada a evento específico e com período previamente delimitado**, não será admitida prorrogação da vigência do Termo de Permissão de Uso.

2.5. Eventual necessidade superveniente de utilização da área pública em período diverso ou para outro evento deverá ser objeto de **novo procedimento administrativo**, devidamente motivado e instruído, com observância da legislação vigente, **vedada a prorrogação automática ou tácita** do ajuste ora previsto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ÁREAS DE EXPLORAÇÃO

3.1. O permissionário terá direito a exploração comercial das seguintes áreas, conforme Layout – Anexo I:

3.1.1. Camarote Geral Particular – Área bruta de projeção de **600 m² (seiscentos metros quadrados)**.

3.1.2. A **PERMISSIONÁRIA** será integralmente responsável pelo atendimento a **todas as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis**, incluindo, mas não se limitando às normas de segurança, acessibilidade, higiene, prevenção e combate a incêndio.

3.1.3. A área do camarote deverá contemplar **todas as necessidades operacionais**, incluindo, obrigatoriamente, **bilheteria, instalações sanitárias, áreas de alimentação**, bem como demais espaços necessários ao pleno funcionamento do empreendimento.

3.2. Os limites referentes a área de 600 m² mostrada no Anexo I, deverão ser confirmados juntamente a CONTRATANTE, devendo ainda a permissionária levar em consideração os obstáculos existentes na área como: postes, fiações, vegetação, dentre outros.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência,

anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL, PRAZO DE UTILIZAÇÃO E PRAZO DA CONCESSÃO

- 8.1. A área bruta objeto da Permissão de uso corresponde a **600m²**, localizado no Polo Festa dos vaqueiros de Curaçá.
- 8.2. A área pública destinada à permissão será entregue no estado em que se encontra, sendo que para seu funcionamento, qualquer adaptação, reparo ou manutenção que se fizerem necessárias, serão de responsabilidade exclusiva do Permissionário, devendo esta após evento ser entregue nas condições recebidas, salvo quando houver sido beneficiada com benfeitorias úteis ao espaço disponibilizado.
- 8.3. O dimensionamento do público deverá ser de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, no máximo;
- 8.4. A PERMISSIONÁRIA deverá executar todo o projeto de camarote do evento “Festa dos vaqueiros 2026”, no local indicado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, responsabilizando-se pela locação, montagem e desmontagem de toda a infraestrutura dimensionada neste Termo de Referência e Projetos Arquitetônicos em anexo, parte integrante deste Termo de Referência.
- 8.5. O prazo de utilização da área corresponde ao período de 03 a 05 de julho de 2026, correspondente ao período de realização do evento, conforme programação a ser definida pela Permitente, cabendo a ocupação da área pelos períodos anteriores e posteriores para montagem e desmontagem das estruturas do camarote, atendendo-se aos prazos concedidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ.
- 8.6. A Permissão terá o prazo do evento, concluindo-se com o prazo final de desmontagem da estrutura da área de permissão.

CLÁUSULA NONA – DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DOS ESPAÇOS

- 9.1. Os bares e restaurantes montados pela PERMISSIONÁRIA no interior dos espaços dos camarotes são de sua inteira responsabilidade, de forma que a mesma só poderá, mediante autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, locar, sublocar, ceder ou emprestar a terceiros, espaços internos dos camarotes, ciente de suas responsabilidades civil, fiscal, organizacionais, trabalhistas, dentre outras.
- 9.2. Os dividendos destas operações pertencerão exclusivamente a PERMISSIONÁRIA.

9.3. A PERMISSIONÁRIA poderá cobrar ingressos para o acesso aos camarotes, pertencendo exclusivamente a mesma os dividendos pela exploração econômica.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 O MUNICÍPIO DE CURAÇÁ, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, responsabilizar-se-á por todo o planejamento e organização da “Festa dos vaqueiros 2026”, bem como arcará com todas as despesas referentes à:

10.1.1. Despesas com água e energia elétrica para execução dos serviços de montagem e a limpeza dos locais onde ocorrerão os eventos, com exceção do Camarote constante na “Festa dos vaqueiros”;

10.1.2. Publicidade em mídias sociais e televisivas, referentes ao Evento;

10.1.3. Palco, som e iluminação da “Festa dos vaqueiros”;

10.1.4. Banheiros químicos em todo o perímetro do evento, com exceção dos espaços privados incluindo o camarote;

10.1.5. Seguranças e pessoal de apoio para a “Festa dos vaqueiros”, com exceção do camarote da “Festa dos vaqueiros”;

10.1.6. Fiscalização das estruturas físicas e elétricas montadas/instaladas nos locais dos eventos;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

11.1. Caberá exclusivamente à PERMISSIONÁRIA arcar com todas as despesas decorrentes da utilização da área objeto da presente Permissão de uso, conforme determinado neste Termo de Referência e seus anexos;

11.2. Arcar com todos os custos referentes às contratações artísticas que julgar pertinentes para apresentação no ambiente interno dos camarotes;

11.3. Deverão ser cumpridos todos os prazos estabelecidos neste instrumento;

11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 12 (doze) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da administração;

11.5. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou

culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros.

11.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.7. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

11.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à administração;

11.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da administração, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, quando for o caso;

11.10. Relatar à administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

11.14. Responder administrativamente, civilmente e penalmente por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

11.15. Disponibilizar alimentação adequada à equipe operacional que estará trabalhando;

11.16. Iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato;

11.17. Apresentar plano de trabalho, atendendo ao cronograma da CONTRATANTE;

11.18. Contratar, manter e dirigir sob a sua inteira responsabilidade, sem solidariedade da Administração Municipal, pessoal especializado e em quantidade necessária e suficiente à perfeita execução dos serviços, em todos os níveis, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, seguros e quaisquer outros custos não mencionados, em decorrência de sua condição de empregador exclusivo;

- 11.19.** Providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a obtenção de licenças, alvarás, autorizações junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia e ao Corpo de Bombeiros, necessárias para a instalação da estrutura do camarote no local do evento;
- 11.20.** Responder a todas as reclamações ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causados ao direito de propriedade de terceiros, resultante da execução dos serviços;
- 11.21.** Obedecer a todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços;
- 11.22.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o OBJETO do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreção resultantes da execução ou materiais empregados;
- 11.23.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a ausência de fiscalização, na forma do art. 120, da Lei 14.133/21, e suas alterações posteriores, e do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal;
- 11.24.** Manter a ordem e limpeza na execução dos serviços contratados, se comprometendo a restaurar todo e qualquer dano na estrutura das áreas do evento, a fim de entregá-la nas mesmas condições em que lhe foram apresentadas;
- 11.25.** Poderá veicular publicidade no espaço do camarote, auferindo a respectiva receita, incluindo a identidade visual do evento e logomarcas da Prefeitura de Municipal de Curaçá e do Festa dos vaqueiros;
- 11.26.** Seguir rigorosamente as especificações técnicas apresentadas no Termo de Referência, relativas à infraestrutura do camarote;
- 11.27.** Manter o calendário de execução dos serviços/fornecimentos em ritmo adequado e eficiente, obedecendo aos prazos estabelecidos no cronograma de execução;
- 11.28.** Prestar os serviços utilizando pessoal treinado e qualificado;
- 11.29.** Aceitar a mais ampla e completa fiscalização, a qualquer tempo por parte da CONTRATANTE, ou por quem ela indicar, sobre os serviços contratados;
- 11.30.** Substituir por solicitação da CONTRATANTE qualquer empregado que se mostrar inconveniente ou tecnicamente inadequado à execução dos serviços;
- 11.31.** Todos os avisos e comunicações, quando da contratação, incluindo os entendimentos entre qualquer representante da CONTRATANTE e o responsável da Contratada pela execução dos serviços, deverão ser feitos por escrito;
- 11.32.** Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, relativamente a hospedagens, diárias, deslocamentos, impressões, comunicação, postagens, confecção de

material publicitário, e de pessoal diretamente empregado nos serviços;

11.33. Assegurar a CONTRATANTE o direito de supervisão geral dos serviços do objeto do contrato;

11.34. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos advindos de paralisação parcial ou total dos serviços, inclusive em relação ao Município;

11.35. Assumir, sob a sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas e/ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, vigentes durante a execução dos serviços, e, ainda, quaisquer outros encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive em relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato;

11.36. A inadimplência da Contratada quanto aos impostos, taxas ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, não transferem à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente documento ou restringir a regularização dos serviços/fornecimentos;

11.37. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, pelo gestor ou fiscal do contrato;

11.38. Se por ventura for permitido à Contratada corrigir falhas na realização dos serviços, depois de vencido o prazo estabelecido ou de possíveis prorrogações concedidas, essa tolerância não implicará em renovação Contratual, nem significará que o Município tenha de renunciar aos seus direitos, inclusive a cobrança de penalidades com cobrança dos prejuízos decorrentes, que a Contratada houver incorrido;

11.39. Reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da presente contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incompatibilidades com os requisitos exigidos neste documento, ou que se demonstrarem tecnicamente falhos;

11.40. Responsabilizar-se pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época;

11.41. Responsabilizar-se por todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da Contratada e ao público afeto, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais;

11.42. Manter as mesmas condições da habilitação durante toda execução da contratação;

11.43. A PERMISSIONÁRIA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

11.44. A Contratada se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;

11.45. A Contratada se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não limitando ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a conjugar esforços para proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, em suas respectivas relações comerciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA.

12.1. Os valores relativos ao consumo da água e da energia elétrica dos espaços destinados aos camarotes serão de responsabilidade exclusiva da PERMISSIONÁRIA, cabendo a mesma arcar com os custos de instalação e consumo, inclusive na montagem das Estruturas que forem vencedoras no certame.

12.2. A PERMISSIONÁRIA deverá, ainda, responsabilizar-se única e exclusivamente pela devida destinação dos resíduos líquidos, sólidos e esgotos, cabendo a esta, cumprir com todas as determinações dos órgãos ambientais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICIDADE/ MERCHANDISING

13.1. A PERMISSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, produzir e instalar em toda a extensão dos locais onde serão permitidas a exploração, materiais publicitários com a assinatura da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURACÁ e do evento “Festa dos vaqueiros 2026” em no mínimo 30% (trinta por cento) da área de visibilidade de cada peça produzida e instalada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS DA PERMISSIONÁRIA

14.1 A detentora da permissão terá o direito à:

14.1.1. Exclusividade na exploração dos bares e restaurantes instalados nos interiores dos camarotes.

14.1.2. Venda de ingressos de acesso ao camarote particular, devendo ser dada ampla publicidade aos preços e locais para sua aquisição, podendo o valor do ingresso variar conforme lei mercadológica de oferta/procura.

14.2. Exclusividade na realização de ações publicitárias, promocionais e *merchandising* nas áreas e equipamentos onde se encontram instalados os camarotes, obedecidos os percentuais definidos anteriormente.

14.3. A detentora da permissão poderá, desde que previamente autorizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, formar parcerias com pessoas jurídicas, com fins de subsidiar os custos com os eventos.

14.4. A parceria mencionada no item anterior não poderá ser formalizada com empresas cujos sócios, administradores, diretores, representantes, etc., sejam, inquestionavelmente, atrelados a propagandas político-partidárias, nem com empresas que tenham como nome de fantasia o nome do proprietário/sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que

se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos da legislação aplicável, considerando que o objeto consiste em permissão de uso onerosa de bem público, cujo valor da outorga será pago integralmente e de forma antecipada pela Permissionária, em parcela única, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do Termo de Permissão de Uso.

16.2. O pagamento integral da outorga constitui condição de eficácia do ajuste e de liberação da área pública, inexistindo risco financeiro futuro a ser resguardado por meio de garantia adicional, uma vez que não há obrigação pecuniária a ser adimplida pela Administração nem execução financeira continuada.

16.3. A não exigência de garantia mostra-se proporcional, adequada e suficiente à natureza do objeto, sem prejuízo das demais medidas de controle, fiscalização e aplicação de penalidades previstas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.2.3. Indenizações e multas.

18.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.4. O CONTRATANTE poderá ainda:

18.4.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

18.4.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

18.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, pelas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES:

20.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.3 21.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

21.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Curaçá - Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

22.2 Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXX, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Curaçá/BA, ____ / ____ / ____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

RG:

NOME:

CPF:

RG: